



SEÇÃO: RESENHA

Resenha: BONELLA, A. E. Viver e Morrer Bem. Ensaios de Bioética. Curitiba: Appris, 2022.

Review: BONELLA, A. E. *Viver e Morrer Bem. Ensaios de Bioética. Curitiba: Appris, 2022.*

Reseña: BONELLA, A. E. *Viver e Morrer Bem. Ensaios de Bioética. Curitiba: Appris, 2022.*

Darlei Dall'Agnol¹

orcid.org/0000-0003-4203-1094
d.darlei@ufsc.br

Recebido em: 30/03/2023.

Aprovado em: 01/05/2023.

Publicado em: 25/07/2023.

O livro *Viver e Morrer Bem*, editado por Alcino Bonella, professor da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) e pesquisador do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), reúne 16 trabalhos produzidos pelo organizador, seja individualmente, seja em cooperação com outros(as) autores(as). O livro divide-se em duas partes principais: a primeira (com cinco capítulos), mais teórica, chamada *Bioética Filosófica*; e a segunda (com 11 capítulos), mais prática ou de aplicação, chamada "*Bioética Prescritiva*". O volume se trata de uma obra excelente, sendo, na minha modesta opinião, um dos melhores livros de bioética publicados no nosso país. Nesta resenha, farei uma análise da proposta teórica do autor, a saber, do que é batizado como "Bioética Baseada em Razões" (BBR), que é, segundo penso, a parte mais original do livro e que é, posteriormente, aplicada na parte prática da obra para discutir uma série de temas bioéticos específicos.

Antes de fazê-lo, gostaria de elencar esses temas práticos para motivar o(a) leitor(a) a ler a obra como um todo. A segunda parte do livro discute temas bioéticos altamente relevantes para a nossa vida cotidiana, tais como: o infortúnio da morte (em coautoria com Jorge Luiz Abrantes Pinheiro); a relação entre autonomia e vulnerabilidade (em coautoria com Gabriela Franco de Almeida e Leonardo Ferreira Almada); a eutanásia infantil; a morte voluntária (suicídio e eutanásia); a judicialização do direito à saúde; a clonagem humana; o uso de animais; a pesquisa com embriões humanos; a moralidade do aborto (por exemplo, em casos de anencefalia fetal); as diretrizes para alocação de Unidades de Tratamento Intensivo (UTIs) (em coautoria com Marco Antônio de Azevedo, Darlei Dall'Agnol e Marcelo de Araújo); e os ensaios clínicos relativos ao desafio humano durante a pandemia de covid-19 (em coautoria com Peter Singer). Alguns capítulos escritos conjuntamente são, de um ponto de vista teórico, mistos, fazendo jus à diversidade metodológica dos autores. Os capítulos solos são, em geral, uma aplicação da BBR, anteriormente mencionada, e, por essa razão, a compreensão das posições práticas depende de uma análise



Artigo está licenciado sob forma de uma licença
[Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)

¹ Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, SC, Brasil.

crítica da posição teórica adotada. Avaliá-la é o objetivo principal desta resenha.

Em que consiste a chamada "Bioética Baseada em Razões", também referida como "Bioética Crítica" ou "Bioética Baseada em Evidências"? Talvez o pressuposto mais básico desse enfoque seja o seguinte: o autor do livro *Viver e Morrer Bem* não quer, *ab initio*, assumir uma perspectiva teórica pluralista – ou seja, lidar com várias teorias (contratualismo, utilitarismo, deontologia, ética das virtudes, feminismo etc.) – nem simplesmente adotar uma delas (monismo). Dessa maneira, o autor dá um passo para trás e procura um método a fim de lidar com as questões bioéticas. Citando o autor principal: "A sugestão é encontrar um método que possa mediar a aplicação de teorias e princípios morais substantivos concorrentes, julgando e justificando as próprias teorias morais sem ser ele mesmo, o método, uma outra teoria moral (o que tornaria a sugestão circular)" (BONELLA, 2022, p. 26).

Como podemos perceber, a proposta de uma BBR será, fundamentalmente, a de uma *metodologia* para a discussão de temas e problemas bioéticos, sem assumir, moralmente, uma perspectiva substantiva determinada.

Se perguntarmos, agora, quanto à constituição desse método, supostamente neutro sob o ponto de vista axiológico, teremos como resposta a orientação de contrapor razões *pro* ou *contra* para agir deliberando sobre a coisa certa a fazer. Todavia, é necessário perguntar que tipo de razões o autor tem em mente. A resposta a esse questionamento é clara: "A bioética baseada em razões consiste essencialmente em considerar e mobilizar os fatos e a lógica para analisar e avaliar os problemas morais bioéticos" (BONELLA, 2022, p. 27).

Elucidações posteriores são feitas sobre esses dois componentes: a *lógica* e os *fatos*. No primeiro caso, esclarece o autor, trata-se da lógica informal da linguagem moral ordinária que guia os nossos argumentos e raciocínios morais. Precisamos, por exemplo, de coerência entre palavras e ações. Em um segundo nível de análise, Bonella adota uma perspectiva metaética conhecida como

"Prescritivismo Universal", antecipada por Kant e desenvolvida por Richard Hare e Harry Gensler, cuja ideia central é a de que juízos morais são prescritivos e regidos pela lógica clássica. Para ilustrar, se julgo que o suicídio assistido deve ser permitido no caso de um paciente idoso com intenso sofrimento psíquico e físico, com câncer em estado terminal atestável por duas equipes médicas, então, diante de casos similares, devo julgar da mesma maneira.

Além da lógica, o autor de *Viver e Morrer Bem* sustenta que os fatos devem ser esclarecidos para que se chegue a uma boa decisão sobre o que fazer. Por 'fatos', Bonella entende, principalmente, aqueles estabelecidos pelo melhor conhecimento científico disponível. Por exemplo, sobre o caso bioético mencionado anteriormente, são as pesquisas científicas feitas a partir de uma Medicina Baseada em Evidências que estabeleceriam os dados do diagnóstico e do prognóstico da cura (ou não) do câncer em questão. Agora, conjugando uma boa explanação científica dos fatos do caso com argumentos guiados pela lógica, o autor do livro sustenta que se chegará a uma decisão bem fundamentada sobre a coisa certa a fazer. Dito de outro modo, sobrepesando razões factuais e lógicas *pro* e *contra* a permissibilidade (ou não) do suicídio assistido, poderemos chegar a uma solução mesmo admitindo o pluralismo moral e as divergências teóricas citadas. Esse é, em linhas gerais, o método proposto pela BBR.

Uma das questões delicadas da proposta metodológica esboçada é o lugar dos *valores* no raciocínio moral. Mesmo quando aparenta discutir o tema dos valores, Bonella é enfático: "Fatos e lógica são o que pode restringir, em última instância, a justificação de uma ação" (BONELLA, 2022, p. 32). Claro, o autor assume que a "lógica" que governa termos morais mais gerais como 'certo', 'errado', 'bom', 'ruim', 'justo' e 'injusto' ou mesmo mais específicos tais como 'dignidade humana', 'autonomia', 'cuidado' etc. são regidos por uma semântica cujo esclarecimento guia a tomada de decisão sobre o que fazer. Como resultado, supostamente, não teríamos apenas um padrão formal, mas também conteúdo moral. Esse ponto

parece-me bastante problemático, e, a despeito da minha simpatia inicial pela proposta baseada no Prescritivismo Universal, gostaria de fazer uma análise crítica dos limites do método proposto pelo autor de *Viver e Morrer Bem*.

O primeiro ponto é apenas terminológico. Penso que tenha faltado, nos dois capítulos iniciais do livro, um cuidado maior com a diferença entre uma proposta estrito senso kantiana da universalização das máximas de ação exigida pelo Imperativo Categórico e a tese lógica da universalizabilidade dos juízos morais defendida pelos prescritivistas. Por exemplo, na página 35, há certa ambiguidade no uso de "universalizabilidade" e "prescrições universais". Todavia, nesse aspecto, a diferença entre Kant e Hare é significativa: enquanto o primeiro exige que as regras subjetivas de ação sejam universalizáveis (por exemplo, sejam aceitáveis por todos os outros seres racionais), para Hare, a universalizabilidade, enquanto característica lógica da linguagem moral, exige apenas que um sujeito se comprometa a julgar casos similares igualmente. Uma diferença prática é que, na Ética de Kant, o suicídio é sempre moralmente proibido, enquanto, na Ética de Hare, há um espaço para certo *decisionismo moral*: para algumas pessoas, julgando os fatos e a lógica do caso, ele pode ser permitido (como no caso mencionado anteriormente), e tudo o que isso significa é que temos de julgar casos idênticos da mesma maneira; outras discordariam da permissibilidade e julgariam todos os casos similares semelhantemente. Essa diferença teórica tem, como podemos ver, implicações práticas substanciais.

O apelo que Bonella faz à Regra de Ouro não parece resolver essa diferença. Primeiro, é preciso notar que Kant recusa a Regra de Ouro como princípio supremo da moral por diversas razões. Segundo, prescritivistas, em geral, a usam de um modo pouco rigoroso. Na realidade, ela permite a introdução de uma boa dose de subjetivismo que carrega consigo conteúdos morais. Para ilustrar, chamo a atenção para uma apresentação em primeira pessoa do autor: na página 39, aparece em vários trechos expressões como "uma resposta

que adoto", "adoto a concepção" etc., em que juízos morais com conteúdos específicos são, enfim, defendidos – por exemplo, a ideia de que um médico não pode mentir para seus pacientes.

Se essa observação for pertinente, o que podemos concluir? Da minha parte, penso que fatos e lógica são duas condições necessárias, porém não suficientes de uma argumentação que vise orientar ações corretas moralmente. Ter clareza sobre quais valores estão em jogo também é fundamental. Nesse sentido, a adoção de uma perspectiva preferencialista é bastante problemática. Consideremos o que Bonella nos esclarece sobre como sua metodologia lida com as preferências valorativas:

Tal método basicamente nos constrange a pensar nas outras pessoas afetadas pela ação como se fôssemos cada uma delas, com as preferências delas, algo como *tratar os outros como fins-em-si, e não apenas como meios*. Aqui, se trata de considerar os fatos a que temos acesso sobre as consequências da adoção de um curso de ação dentre outros, *especialmente o conhecimento das preferências ou vontades dos atingidos pelos cursos de ação disponíveis*, e nos colocar adequadamente na pele de cada um de modo que os fins que eles possuem sejam os *nossos fins*. Os fins dependem das preferências dos afetados, e não há aqui um tipo de princípio moral substantivo, nem mesmo o do respeito pela pessoa como um fim-em-si como princípio moral (BONELLA, 2022, p. 58).

Nesse ponto, todavia, discordo do autor de *Viver e Morrer Bem* e vou agora esclarecer o porquê.

Ora, há preferências e "preferências": algumas podem ser até mesmo irracionais. A perspectiva hareana assumida por Bonella (Prescritivismo Universal) já foi criticada por ser incapaz de responder objeções como a do caso do fanático soldado alemão que desejava exterminar todos os judeus e, descobrindo-se ele próprio judeu, *preferiu ser ele próprio enviado para um campo de concentração*. Esse caso mostra que falta ao método proposto uma reflexão mais cuidadosa sobre os *valores morais* em questão. Por isso, lógica e fatos são insuficientes. Assume-se, em uma estrutura consequencialista, um kantismo pouco fiel aos pressupostos da racionalidade como capacidade para a moralidade como fim

em si. Por isso, é necessário limitar preferências. A consideração de seres racionais como fins em si (ou, na transformação tugendhathiana da ética kantiana, de pessoas portadoras de direitos e deveres) é fundamental para evitar agentes com preferências duvidosas como a de um nazista. Um princípio como o do *respeito pela pessoa* diz mais do que meras preferências: estabelece um valor básico da própria moralidade. Exterminar pessoas é imoral. Ponto! Por conseguinte, a lógica e os fatos não são suficientes para fazer a coisa certa.

Mesmo com essa ressalva, todavia, o(a) leitor(a) desta resenha não pode concluir que as posições que o autor de *Viver e Morrer Bem* assume na parte prática de seu livro são todas indefensáveis. Ao contrário, podemos concordar com muitas delas. Há outras, entretanto, que exigem um debate maior (por exemplo, sobre os chamados "estudos de desafio humano"). Cabe, enfim, a cada leitor(a) analisar criticamente as posições assumidas pelo autor nos trabalhos solos e também naqueles escritos em colaboração.

Uma última observação para finalizar esta resenha. Faltou ao livro uma revisão ortográfica mais cuidadosa. A editora, que faz uma propaganda forte afirmando preencher os quesitos da avaliação Qualis da CAPES, deveria primar por uma revisão mais cuidadosa. Por exemplo, nas páginas 23 e 24, aparece a caracterização de teorias dedutivistas, que trabalham de cima para baixo, como "*Up-down*" em vez de "*Top-down*". Outras vezes, as letras somem em casos como este, somente para ilustrar: "Elas erven todas para expressarmos..." (BONELLA, 2022, p. 29). E por falar em avaliação da CAPES de livros, revistas etc., é importante também um cuidado maior com citações de revistas e autores agora que o chamado "fator de impacto" começa a ser adotado, inclusive, nas Humanidades. Nesse sentido, a revista *ethic@* ora é citada no livro como *Ethic@*, ora como *Étic@*. O mesmo cuidado precisamos ter ao citar autores. Sugerimos, então, uma revisão mais atenta quando for preparada uma segunda edição. Esses pequenos problemas não tiram, entretanto, a qualidade teórica do livro *Viver e Morrer Bem*. Aliás, o mérito de um bom livro, seja

de bioética, seja de qualquer outra subdisciplina filosófica, é, enfim, suscitar questionamentos e novos debates. Nesse sentido, a obra de Bonella cumpre bem o seu papel, suscitando uma série de reflexões sobre temas altamente relevantes para a nossa vida moral.

Darlei Dall'Agnol

Universidade Federal de Santa Catarina

Caixa Postal, 476

88040-900, Florianópolis, SC

Trabalho apoiado pelo CNPq no contexto do projeto "Bioética, Justiça Distributiva e Pandemias." (<https://biojuspan.ufsc.br/>)